

MIGRAÇÃO PARAGUAIA NA FAIXA DE FRONTEIRA DO BRASIL: IDENTIDADES, CIRCULARIDADES E REDES TRANSNACIONAIS

PARAGUAY MIGRATION IN BRAZIL'S BORDER STRIP – IDENTITIES, CIRCULARITIES AND TRANSNATIONAL NETWORKS

Cíntia Fiorotti Lima¹

Eric Gustavo Cardin²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a construção identitária de migrantes paraguaios e paraguaias na faixa de fronteira do Brasil, mais especificamente no território que abrange a região de confluência da fronteira entre Guaíra e Salto del Guairá. O intuito da pesquisa realizada foi pensar as relações entre trabalho, espaço, tempo e identidade nas narrativas destes migrantes. Para tanto, foram feitas dez entrevistas qualitativas visando coletar as histórias de vida e as trajetórias ocupacionais dos interlocutores. Neste contexto, a exposição do texto expressa dois momentos da investigação: o processo de aproximação do problema de interesse e as percepções dos entrevistados sobre os temas enunciados. Com isso, analisamos a presença de identidades fluidas, estabelecidas por meio de relações com redes sociais transnacionais oriundas de deslocamentos circulares desenvolvidos tradicionalmente por toda região estudada, mas também por necessidades práticas dos sujeitos no meio onde estão inseridos, como a busca por espaço no mercado de trabalho ou a regulamentação da situação migratória.

PALAVRAS-CHAVE

Fronteira; Migração; Trabalho; Paraguai.

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the identity construction of Paraguayan migrants in the Brazilian border strip, specifically in the territory that covers the confluence region of the border between Guaíra and Salto del Guairá. The purpose was to consider the relationships between work, space, time and identity according to these migrants' narratives. Thus, ten qualitative interviews were carried out in

1 Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora do Quadro Próprio da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED). E-mail: cintiafiorotti@hotmail.com

2 Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-doutor em Antropologia Social pela Universidad Nacional de Misiones (UNAM/Argentina). Professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: eric.cardin@unioeste.br

order to collect life histories and the interlocutors' occupational trajectories. In this context, the text expresses two moments of the investigation, the process of approximation of the problem of interest and the perceptions of the interviewees on the topics. Therefore, we analyzed the presence of fluid identities, established through relationships with transnational social networks derived from circular displacements traditionally developed throughout the studied region, but also due to the practical subjects' needs in their environment, such as the search for space in the market to the migratory situation regulation.

KEY-WORDS

Border; Migration; Work; Paraguay.

Introdução

O objetivo do artigo é trazer algumas reflexões de caráter teórico e metodológico sobre um tipo de deslocamento e habitar ocorrente na região de confluência da fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina, caracterizado simultaneamente pela circularidade dos fluxos de trabalhadores e por relações espaciais e temporais bastante singulares. Poderíamos simplesmente denominá-lo de migração fronteiriça, mas acreditamos que essa categoria, quando usada de maneira fechada, deixa de apreender um conjunto muito amplo de nuances da realidade experimentada por um vasto conjunto de pessoas que, em suas trajetórias, apresentam relações um tanto imprecisas referentes aos próprios caminhos percorridos.

Sabemos que a mobilidade fronteiriça corresponde a um fenômeno relevante em muitos municípios fronteiriços, como, por exemplo, na região de confluência dos limites entre México e Guatemala (Rojas, 2016), Argentina e Brasil (Wagner, 2016), Brasil, Peru e Bolívia (Valcuende, 2008), Peru, Brasil e Colômbia (Oliveira, 2006) e na própria região investigada. No entanto, é preciso observar que mobilidade fronteiriça e migração fronteiriça são dois fenômenos diferentes, embora possam coexistir. O primeiro caso corresponde a uma espécie de migração pendular ocorrida em regiões de fronteira internacional, também conhecida como *commuting*, enquanto o segundo trata-se de um tipo de migração limítrofe, onde há fixação de residência (Cardin, 2012).

A tríplice fronteira estudada pode ser considerada uma das mais importantes da América do Sul devido a intensidade dos fluxos de pessoas e mercadorias que lá circulam, mas também pela presença de uma grande heterogeneidade cultural e de diferentes comunidades étnicas. No entanto, em meio as inúmeras redes tecidas e destecidas diuturnamente, diferentes grupos sociais compostos por migrantes oriundos de diversos países do Oriente Médio e da Ásia tendem a ter uma maior visibilidade devido aos traços culturais e ao apelo midiático, do que aqueles compostos por sujeitos oriundos dos países vizinhos³.

3 Há uma produção vasta sobre a comunidade árabe e chinesa na região de confluência das fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina, onde destacamos os textos de Aline Maria Thomé Arruda (2008), Fernando Rabossi (2007), Regina Coeli Machado Silva (2008), Arthur Bernardes do Amaral (2010) e Rosana Pinheiro-Machado (2009).

Assim, a presença de argentinos e paraguaios vivendo na faixa de fronteira do Brasil, muitas vezes passa despercebida.

A experiência comum de processos históricos relativos a sua formação territorial e ao seu povoamento, fez com que os limites jurídicos nem sempre correspondessem às fronteiras sociais desenvolvidas pelos habitantes da região fronteiriça estudada. O tradicional caminhar dos povos guaranis, que não reconhece as demarcações dos Estados Nacionais (Silva, 2007), as reduções jesuíticas, que estiveram presentes em um amplo território entre o Brasil, Paraguai e Argentina (Schallenberger, 2006) e a exploração de recursos naturais por empresas internacionais por toda região de confluência das fronteiras do Brasil, Argentina e Paraguai (Wachwicz, 1982) correspondem a práticas sociais que interferiram diretamente na ocupação da região.

Contudo, situações mais contemporâneas também permitem um uso próprio do território fronteiriço compartilhado. Neste sentido, a circulação de trabalhadores e mercadorias na fronteira do Brasil com o Paraguai durante todo o Século XX, que se tornou mais “disciplinada” e nacionalizada conforme os diferentes Estados Nacionais fizeram-se presentes em suas margens (Fiorotti, 2015), denuncia a existência de diferentes entendimentos das noções de fronteira e de ilegalidade, ampliando o espaço de atuação dos sujeitos e a construção das relações étnicas. Assim como, a circularidade dos agricultores brasileiros na faixa de fronteira paraguaia, fenômeno que constituiu um novo agente social, o “brasiguai”, identidade que se definem no jogo de forças da fronteira, onde se mesclam, se mistura, podendo até passar despercebida, dependendo da agenda política e dos interesses envolvidos, expressando toda plasticidade da fronteira (Albuquerque, 2010).

Os processos históricos indicados contribuem em diferentes níveis à formação da população que habita a região de confluência das fronteiras do Brasil, Paraguai e Argentina. Uma população que circula e que não estranha tal mobilidade, uma população que interagia de maneira intensa antes da presença mais efetiva dos órgãos federais de fiscalização e controle, mas que ainda não superou por completo algumas práticas tradicionais (Dorfman, 2009). Como consequência desta mobilidade circular, constata-se que dentro da faixa de fronteira brasileira existe um contingente populacional composto por paraguaios e argentinos, que são contabilizados nas pesquisas domiciliares como migrantes fronteiriços, mas que são “naturalizados” na vida cotidiana devido as particularidades regionais, que pode ser visualizada na presença de redes sociais transnacionais e na própria tradicional mobilidade.

Usar o termo “naturalizar” é uma forma pobre de falar que os migrantes paraguaios e argentinos, que se estabeleceram em diferentes períodos históricos na faixa de fronteira do Brasil, encontram-se em níveis mais acentuados de

assimilação quando comparados a outros grupos étnicos, devido aos processos históricos antes comentados. Contudo, isso não quer dizer que a interação entre membros de diferentes grupos étnicos não possua conflito. A inserção precária de muitos trabalhadores paraguaios no mercado de trabalho brasileiro revela a existência de usos das diferenças étnicas como mecanismos de controle e dominação (Farina, 2015).

Todavia, é preciso fugir de uma armadilha. O trabalhador fronteiriço não é, por definição, um migrante, pois sua prática é pendular e pode ser entendida ou absorvida pelo movimento representado ou expresso naquilo que estamos denominando de mobilidade fronteiriça. Em resumo, ele pode trabalhar, estudar ou usufruir de aparelhos sociais de um país e residir em outro sem que isso o exija passar por todo o trâmite migratório. Nesta pesquisa não nos concentramos especificamente nestes trabalhadores, mas em um conjunto de processos experimentados por migrantes fronteiriços que residem na região estudada. O que queremos salientar ou discutir é o fato de que no interior de tal população existe um número de “estrangeiros” invisibilizados devido a uma hierarquização ocorrida em um longo processo histórico, que “naturalizou” as relações e, muitas vezes, a própria existência destas pessoas.

No intuito de problematizar este processo de “naturalização” ou esta aparente invisibilidade vivenciada por muitos paraguaios que vivem na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai, exploraremos o conteúdo de dez entrevistas qualitativas realizadas ao longo do ano de 2015. As histórias de vida e, mais especificamente, as trajetórias ocupacionais coletadas durante a pesquisa de campo possibilitariam discutir inúmeros assuntos, mas como temos um interesse mais específico neste momento, destacaremos o processo de construção das entrevistas e utilizaremos apenas partes delas para problematizarmos as relações entre espaço, tempo, invisibilidade e identidade no interior das narrativas.

Desenvolvimento

A construção de uma rede de interlocutores para realizar qualquer investigação de Ciências Sociais ou História corresponde a uma etapa de pesquisa significativa, já que pode revelar características próprias do universo que se busca compreender. Neste sentido, no início do ano de 2015, quando iniciamos um estudo mais diretamente relacionado a migração de paraguaios para a faixa de fronteira brasileira, passamos por situações curiosas, mas que gradativamente se mostraram reveladoras. Entre elas, a dificuldade de compreender como a nacionalidade era expressa por estes sujeitos em meio aos relatos sobre suas experiências de vida e trabalho.

No intuito de encontrar interlocutores conversamos com muitas pessoas que nos indicaram outras pessoas, tecendo um conjunto de relações sociais. Estas

indicações também revelaram parte das relações de interação e percepção entre sujeitos de nacionalidades diferentes ou apenas com traços étnicos distintos. O lugar onde as entrevistas foram realizadas para este estudo já apresenta estas características. Trata-se do município de Guaíra/Paraná, que faz divisa com Mundo Novo/Mato Grosso do Sul e Salto del Guairá/Paraguai⁴.

A elaboração das entrevistas visou suscitar elementos subjetivos relacionados a percepção destes sujeitos sobre os lugares vividos ao longo de suas trajetórias de vida. Por isso, as iniciamos com indagações referentes a trajetórias vividas por eles e pelas famílias, trazendo temas relacionados aos lugares de origem, aos trânsitos vividos junto a família, ao trabalho e aos aspectos culturais e étnicos. Contudo, as conversas estabelecidas não contaram com um roteiro estruturado, as perguntas foram sendo elaboradas ao longo dos diálogos, respeitando os momentos em que eles utilizavam do espaço da entrevista para denunciarem situações vividas ao longo de suas trajetórias. Inicialmente buscamos “migrantes” paraguaios e paraguaias que estavam vivendo há mais tempo no Brasil e posteriormente ampliamos a rede conforme novas indicações foram sendo realizadas.

Uma das primeiras entrevistas que fizemos foi com Domingas Candi Lopes, que tinha 95 anos na ocasião. Ela foi indicada por algumas pessoas que frequentam a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, que funciona quase como uma associação dos migrantes paraguaios na cidade de Guaíra/Paraná/Brasil. Domingas nos foi apresentada como sendo uma autêntica paraguaia e como uma das moradoras mais antigas do município. Ninguém soube precisar seu endereço, obtivemos apenas o bairro de sua residência e o primeiro nome dela. Com essas informações fomos a sua procura. Na primeira casa em que chegamos, perguntamos sobre ela e de imediato responderam: “A Paraguaia? Ela mora lá!”.

Algumas situações indicaram que estávamos no caminho certo, a interlocutora falava em um idioma próprio composto pela mescla de espanhol, português e guarani e, em muitos momentos nos oferecia o *tererê* gelado, uma bebida típica do país vizinho e presente no hábito de muitos brasileiros moradores de Guaíra. Entretanto, no início de nossa conversa, Domingas nos afirmou não ser paraguaia, dizendo ter nascido no Mato Grosso e também nos disse que morava naquela mesma casa há mais de 70 anos. Em outras palavras, ela teria

4 Sobre os municípios em estudo, Guaíra está localizada à margem esquerda do Rio Paraná no extremo oeste do Paraná no Brasil. Foi declarada como município em 1952. Em 2010, Guaíra contava com 30.669 habitantes. Já Mundo Novo, está ao sudoeste do Mato Grosso do Sul/BR e contava com 17.043 habitantes no mesmo ano. Teve sua emancipação como município em 1977. Enquanto isto, o município paraguaio Salto Del Guairá, pertence ao departamento de Canindeyu contava com 12.000 habitantes em 1997. O número de habitantes em Salto del Guairá chegou a triplicar na década de 2010, com o aumento do fluxo comercial e de lojas de importados atendendo ao público consumidor oriundo do Brasil, porém, teve uma brusca redução em 2015 com a queda do fluxo comercial e fechamento de mais de 50% destes novos pontos comerciais.

vivido na região quando a mesma vivenciava o período de exploração da erva-mate e madeira por empresas de capital estrangeiro, combinada a expropriação de terras indígenas. Abaixo, traremos a tradução de parte da fala de Domingas:

Meu pai é paraguaio, nasceu como é que é, no Paraguai. [...] Meu pai trabalhava no mato, na chácara. Eu não sei ao certo quando viemos pra cá, nem isso eu me lembro mais. Minha mãe era paraguaia também. Eu apreendi o guarani com eles, eles não falavam português, somente o guarani. Antes não tinha isso, no Paraguai só se falava guarani, guarani mesmo [...] até agora eu não falo bem o português. O espanhol eu falo pouquinho. Minha mãe trabalhava em casa, antes era assim, mulher não saía de casa [...]. Meu pai trabalhava fazendo limpeza de fazenda. [...] Eu não tenho nenhum estudo. [...] Eu tive muitos irmãos, os homens estão todos mortos, eu sou a mais velha de todas. [...]. Eu nunca trabalhei, meu marido não deixava. Sou de casa, meu trabalho era fazer filhos, tive 8 filhos. Agora estou sozinha. Assim é a vida, a gente cria muitos filhos, apertada, e depois de velha fica sozinha, vão tudo embora. [...]. Eu casei com 15 anos, depois morreu meu marido e eu fiquei com a criançada. Ele morreu há 40 anos. Ele trabalhava na prefeitura, ele era paraguaio. [...] Quando viemos morar aqui não tinha nada, apenas o porto. [...] O porto da Matte Larangeira, usado pra passar mate.

De imediato, esta primeira entrevista teria alguns elementos que poderiam nos levar ao seu descarte. Procurávamos uma paraguaia, mas a própria interlocutora afirmou ser brasileira. Buscávamos mais informações sobre sua trajetória de vida, mas devido as dificuldades de comunicação e suas condições de saúde, a nossa conversa acabou sendo bem mais curta e objetiva do que inicialmente planejávamos. No entanto, estas dificuldades instigaram algumas possibilidades de reflexão. Todos afirmavam que a “Dona Domingas” era paraguaia, seus pais e marido eram paraguaios, mas qual era a origem desta identificação? Ou, então, qual a origem da autoidentificação da interlocutora?

A dificuldade no manejo do português e a desenvoltura com o guarani, o *tererê*, as práticas laborais de sua família e a própria organização familiar não indicariam elementos de sua identidade? A dificuldade em recordar ou por ela se “considerar fora do juízo” para justificar as poucas palavras usadas para descrever qual sua naturalidade e a trajetória de vida de sua família revelaria apenas as debilidades de sua memória? Todas estas situações despertaram a nossa atenção para alguns aspectos: a formação da identidade do migrante não corresponde exclusivamente a um deslocamento espacial, mas também temporal; e este deslocamento no tempo e no espaço podem redefinir a relação de pertencimento ao território.

Tais observações são reforçadas por meio da análise da narrativa da segunda entrevistada, Maria Tereza Cabrera, que tinha 54 anos na época. A conversa foi estabelecida no momento em que ela trabalhava na preparação de *chipas* junto a outras mulheres e homens brasileiros na cozinha da Capela Nossa

Senhora de Guadalupe. O alimento seria vendido na barraca paraguaia da Festa das Nações que ocorre anualmente no município de Guairá/Paraná. Inicialmente a interlocutora respondeu as perguntas feitas em português, mas gradativamente começou a misturar os idiomas e terminou a nossa conversa falando em espanhol.

Eu sou paraguaia. Nasci no Porto Morumbi, Mato Grosso. Eu vivo a 45 anos no Paraguai. Eu era uma criatura quando eu fui para o Paraguai. Meus pais eram paraguaios, trabalhavam na Matte Larangeira, no Mato Grosso. Meu pai era contador e minha mãe era cozinheira. Eles eram paraguaios. Eles vieram do Paraguai na época da revolução. Vieram tudo daquela época, vieram de Concepción, vieram a cavalo e passaram por Ponta Porã. Depois voltamos ao Paraguai. Eu morava em Salto del Guairá e depois fui para La Paloma.

Maria Tereza Cabrera é identificada na comunidade em que vive como paraguaia e, inicialmente, até mesmo por ela própria, mesmo afirmando ter nascido no Mato Grosso, Brasil. Todo o seu ambiente familiar é composto por paraguaios e os vários anos vivendo no país vizinho justificaria seu posicionamento. Contudo, nossa entrevista foi marcada por uma situação peculiar, no momento em que a interlocutora se reconhecia como paraguaia o idioma utilizado era o português, mas quando ela começou a falar sobre sua formação, sobre sua atuação profissional e sobre sua identidade brasileira as respostas foram dadas em espanhol.

Estudí y me gradué. Yo trabajo com los derechos humanos. Soy de nacionalidad brasileña. La mayoría de los extranjeros quieren sus derechos. Cada persona que vive em Paraguay quer su derecho. Lucho por los derechos humanos y por los derechos de las mujeres. Las mujeres tienen muchos derechos. La jefa era la ministra, Cristina Muñoz. Ella fue en los Estados Unidos luchar por las mujeres. Yo trabajaba en el Ministerio Público del Paraguay en la ciudad de La Paloma. Hoy trabajo más em lo consulado brasileño, por los brasileños. Nosotros aydamos mucho ellos, porque soy brasileña. Mi madre era indígena y mi padre era catarinense. Despues una familia paraguaya me adoptó porque mis padres morieron en Puerto Morumbi.

A mistura dos idiomas, a dificuldade em precisar a própria identidade e a existência de uma mobilidade que permite transitar, de maneira concreta ou abstrata, ou, de maneira real ou imaginária, por toda uma região que corresponde ao antigo espaço missioneiro, utilizando aqui a terminologia adotada por Erneldo Schallenger (2006)⁵, nos faz questionar se o termo migração é adequado para

5 “O espaço missioneiro, entendido como expressão da sociedade e variável de análise histórica das práticas sociais, é o ambiente ecológico e cultural sobre o qual se projetou o trabalho de evangelização. Neste ambiente, estabeleceu-se um campo de poder, pelo qual os jesuítas, na sua relação com os índios, passaram a exercer um certo controle sobre o espaço, produzindo o território das missões, que coincidiu muito proximamente com a antiga territorialidade simbólica Guarani” (Schallenger, 2006, p. 124).

nomear o deslocamento destas pessoas. Elas caminham, nos fazendo lembrar como os guaranis transitavam, e fazem uma bricolagem com as diferentes ferramentas culturais que acumulam em suas trajetórias. Tal situação não se restringiu nestas primeiras entrevistas, elas continuaram a aparecer em conversas que estabelecemos com outros interlocutores.

Por meio de outra indicação, chegamos à casa de Vanessa, uma paraguaia de aproximadamente 19 anos.

Eu vim de La Paloma, meus pais são paraguaios, ele trabalha na serralheria e minha mãe é do lar. Eu tenho mais 5 irmãos, mas eles ainda moram no Paraguai. Apenas eu vim para o Brasil. Meus irmãos ajudam meu pai na serralheria. Quando eu morava no Paraguai eu não trabalhava. Eu estudava lá, fui alfabetizada em espanhol. Eu não sei guarani, entendo apenas um pouco, minha mãe sabe falar guarani. Eu vim aqui faz um tempo, eu já era casada. Estava muito difícil viver no Paraguai, não tinha muito serviço, ganhava pouco. Meu filho nasceu no Paraguai, tem um ano e dois meses. Meu marido conseguiu emprego com a ajuda dos amigos dele. Eu sofri preconceito quando estuava no Paraguai, eles me chamavam de bolinho queimado, as crianças que estuavam comigo era tudo brasileiro, tudo branquinho. Eu não vou muito pra lá agora, gasta muito.

Vanessa, que se apresentava de maneira muito tímida, tinha dificuldade de se expressar em português. Durante nossa conversa foram raros os momentos que ela levantou sua cabeça ou desviou o olhar do filho que se encontrava em seu colo. Como ocorreu em muitas outras de nossas entrevistas, a mudança para o Brasil foi vinculada a busca de melhores condições de vida, mas sempre mediada por redes de apoio constituídas por amigos ou familiares. No entanto, sua fala, embora enxuta, nos chamou a atenção para a existência de dois tipos de “deslocamentos circulares” que marcam as paragens da região, deslocamentos desenvolvidos pelos filhos e filhas de trabalhadores rurais paraguaios e pelos filhos e filhas de trabalhadores rurais brasileiros.

A fala de Vanessa expressa parte das dificuldades vividas por trabalhadores de sua nacionalidade, mobilizados em serrarias ou no trabalho no campo e vivendo em uma região do Paraguai onde a presença de brasileiros produtores de soja é fortemente visualizada. O sentimento de diferenciação da nacionalidade e etnia experimentado dentro de seu próprio país, são trazidos em suas lembranças ao recordar-se do convívio com outras crianças no ambiente escolar: “eu sofri preconceito quando estuava no Paraguai, eles me chamavam de bolinho queimado, as crianças que estuavam comigo era tudo brasileiro, tudo branquinho”. As experiências vividas por Vanessa ao longo de sua trajetória de vida, o convívio com os três idiomas e a forte presença de brasileiros no lugar onde vivia, possibilitaram firmar sua percepção sobre sua identidade paraguaia. Da mesma forma, o tempo vivido em Guaíra/Brasil, reforçaram esta identificação pela própria distinção feita pelos vizinhos quanto a sua nacionalidade e o

estranhamento aos hábitos culturais do lugar onde vive.

Durante a entrevista, percebemos certa imprecisão da interlocutora sobre o tempo do deslocamento realizado para o Brasil. Inicialmente, ela afirmou que fazia muito tempo que estava no Brasil. Mas, no desenvolvimento da conversa afirmou estar casada a quase dois anos e que seu filho havia nascido no Paraguai antes de migrarem, ou seja, a menos de um ano e dois meses. Ela demonstrou saudades do Paraguai, afirmando que “lá era mais fresco, tinha menos concreto”. Tais situações contribuem para o entendimento de que a noção de tempo da interlocutora possivelmente esteja relacionada ao pouco desprendimento com o lugar de origem e com o desejo de um possível regresso.

No final da rápida conversa estabelecida, a própria interlocutora nos sugeriu que conversássemos com o seu marido em um momento futuro, pois supostamente ele teria maior facilidade em responder nossas perguntas. Assim, fomos embora e retornamos em outro dia, um sábado de manhã. Ao chegarmos na residência de Fábio Blas os vizinhos nos informaram que ele estava nos esperando na casa de sua mãe, localizada a poucos metros do local onde estávamos. Nesta residência tivemos a oportunidade de conversar com ele, com sua mãe e com mais dois de seus irmãos, o que possibilitou uma situação de pesquisa bem diferenciada.

A mãe era brasileira, havia ido morar no Paraguai durante a década de 1970 acompanhando as muitas famílias de brasileiros que foram viver no país vizinho aproveitando-se das políticas de incentivo do governo paraguaio (Albuquerque, 2010). Lá teve os três filhos, que praticamente foram criados com famílias paraguaias e, embora tenham sido educados com os três idiomas, foram alfabetizados em espanhol e guarani. A menos de dois anos resolveram se mudar para o Brasil e, feito isso, se inseriram no mercado de trabalho do país em madeireiras e na colheita de mandioca, atividades que na região são muito associadas aos paraguaios.

Inicialmente, conversamos com o irmão mais velho de Fábio, Gustavo Blas. Natural de Minga Guazú, Paraguay, departamento de Alto Paraná, ele tinha 29 anos no momento em que conversamos. Gustavo iniciou no trabalho em serralheria aos 14 anos de idade após o falecimento do pai, que era paraguaio. Ele recorreu a descrição das migrações internas no Paraguai vividas pela família na busca por sobrevivência, dando ênfase as péssimas condições de trabalho vividas em serrarias, associando as mesmas a escravidão, para justificar a necessidade de deslocamento dele e de sua família para o Brasil.

Eu vivi lá até agora pouco, era bom lá, mais o trabalho era quase escravo, na serralheria. [...] Eu comecei a trabalhar com 14 anos, a mãe era sozinha e tinha mais os dois pequenos, eu tinha que ajudar e larguei os estudos. Lá qualquer um podia trabalhar e eu já comecei a trabalhar pra ajudar em casa. Eu estudava

numa escola grande, que tinha paraguaio e brasileiro. Eu fui alfabetizado em espanhol na escola e em português em casa, minha mãe é brasileira. Eu aprendi guarani com minha tia, meu pai faleceu e fiquei uns tempos morando com ela.

Semelhante a fala de Vanessa, o interlocutor também relata seu convívio com brasileiros na escola, mas ele, diferente da interlocutora anterior, tinha ao seu lado o domínio do português, o que facilitava a comunicação. O domínio do idioma, fez-se para Gustavo como um elemento importante para sua socialização no país para onde decidiu migrar junto à família. Depois de detalhar suas condições de trabalho no Paraguai, Gustavo falou sobre sua mudança para o Brasil.

Eu decidi vir pra cá....meu irmão veio pra cá, o Fábio. Ele tinha um amigo dele que trabalhava aqui e arrumou um emprego para ele. Ele veio primeiro, e conheceu um tal de Messias. Este Messias precisava de mais homem pra já, nós não conhecíamos ele direito, achávamos que era um cara bom, ele pagava por dia. Então vendi tudo minhas coisas que acumulei quando trabalhava na San Blas (*serralheria*). Eu cheguei aqui e comecei a trabalhar pra esse Messias, ele pagava bem, mas a empresa estava falida. Ele prometeu me pagar por mês e ajudar arrumar minha documentação, mas ele começou a não me pagar quando ia receber pro mês. Depois ele falou que não ia dar mais, que não tinha mais serviço e me prometeu pagar 1500 reais. Me deu apenas 200 e falou que ia trazer o resto aqui em casa. To esperando até hoje. Depois me falaram pra procurar emprego no arrancadão (*tirar mandioca da terra*), que lá não falta serviço. Um trabalho pesado, de baixo do sol quente. Mas até no arrancadão é moleza aqui, eles trabalham na hora certa (*ele está comparando a situação de trabalho que ele tinha no Paraguai, onde trabalhava 12 horas e recebia cerca de 15 reais por dia*). Não tem outro serviço aqui em Guaíra, pra quem não tem documento sobre só isso. Lá no arrancadão só tem paraguaio. [...] O pessoal que trabalha não quer saber de voltar para o Paraguai, moram tudo por ai. [...]. A mãe tem documento, mas nós (*os irmãos*) não tem, mas é difícil. Tem diferença nos nomes da mãe e nos nossos. Mas até isso aqui é melhor a gente consegue conversar com a polícia, lá eles atende muito mal. Eu fui tentar fazer uma identidade no Paraguai e eles falaram que eu estava mentindo, por que eu era brasileiro. Então eu não sou de lugar algum (*risadas*).

O processo de saída vivido por estes sujeitos, não implica numa decisão fácil de ser tomada. Como menciona Gustavo, “vendi tudo minhas coisas que acumulei quando trabalhava na San Blas”. Embora o peso de abrir mão dos bens materiais conquistados com toda uma vida de trabalho e o exercício da profissão tenham pesado em suas decisões, Gustavo também considerou a possibilidade de sua família, a mãe e irmão mais novo, fazerem o processo de migração junto a ele, mesmo sem estes terem alguma garantia de emprego. Para além da possibilidade de trabalho, a proximidade com a família, a adaptação ao idioma e alguns aspectos culturais, também pesaram em suas decisões. Quando Gustavo tem um conjunto de condições para realizar o deslocamento, a mudança em seu modo de vida

também é avaliada.

A descrição do processo de migração demonstra que esta é viável no momento que existe alguma possibilidade laboral. O deslocamento fica condicionado ao ingresso no mercado de trabalho no Brasil e mesmo que as condições de trabalho não sejam as ideais, segundo Gustavo Blas, elas já são melhores do que aquelas existentes no país de origem. A entrevista que tivemos com Gustavo e com os demais interlocutores sinalizaram para a existência de um conjunto de ocupações que estão sendo direcionadas para o suposto “migrante paraguaio”, atividades manuais e que exigem um grande esforço físico. Contudo, eles não se sujeitam a todo e qualquer trabalho extenuante que lhe são ofertados. Como relatou Gustavo em outro trecho da entrevista, ele já rejeitou o trabalho de cavar valetas para instalação de rede de esgoto, por considerá-lo muito pesado para sua condição física.

O conjunto de experiências trazidas por Gustavo ao compartilhar parte de sua trajetória de vida, contribui para refletirmos como alguns dos empasses vividos com relação a sua nacionalidade estão associadas a sua condição social de trabalhador. Gustavo, como muitos que vivem em condições semelhantes as suas, foi criado em meio a uma multiplicidade cultural e étnica de uma região de fronteira, onde o trânsito na busca por trabalho ou melhores condições de vida, marcam a trajetória de muitos destes sujeitos. Embora ele possua uma identidade vinculada ao seu país de origem, dizer “não sou de lugar nenhum”, remete as condições como muitos destes sujeitos vivenciam estas experiências, onde as afirmações sobre este pertencimento também são pautadas em suas necessidades de sobrevivência.

As narrativas dos interlocutores não demonstram igualdade no acesso a direitos entre os moradores da região e, muito menos, a existência de uma aceitação plena da cultura e dos modos de viver dos paraguaios que vivem na faixa de fronteira brasileira. A invisibilidade destes sujeitos está mais relacionada a uma divisão do trabalho e a uma estratificação espacial que naturalizou o lugar destes moradores migrantes. Como não fosse suficiente o fato de quase todos os entrevistados desenvolver atividades laborais manuais e extenuantes, todos vivem em bairros pobres da cidade de Guaíra/Brasil.

O irmão de Gustavo, Fábio Blas, tinha 23 anos no momento em que realizamos a entrevista. Ele conseguiu o seu primeiro emprego no Brasil por indicação de um amigo e foi o responsável por arrumar trabalho para o seu irmão. As redes sociais também foram importantes no momento de encontrar a atual moradia. A casa onde ele vive com a esposa, Vanessa, foi alugada por meio de um outro amigo que trabalhou com ele na serralheria no Paraguai. Semelhante a narrativa de Gustavo, Fábio também explicitou que a situação do mercado de trabalho brasileiro é melhor ao afirmar que possuía uma carga de trabalho

excessiva e um baixo rendimento no seu país de origem.

Fábio, se queixou por ainda não ter a documentação brasileira e que esperava receber ajuda do seu “patrão” para regularizar a situação. Ele, os irmãos e a mãe afirmaram não ter interesse em regressar para o Paraguai. De maneira geral, todos reclamaram das dificuldades e das condições de vida que tinham anteriormente, onde todos trabalhavam na mesma serralheria, acompanhando o deslocamento da própria empresa. Para o interlocutor, é comum entre os trabalhadores paraguaios desejarem se mudar para o Brasil, mas, segundo ele, existem alguns pontos que “eles” precisam observar. Primeiramente, é importante ter um trabalho encaminhado e depois, “é importante falar o português”, pois facilitaria a entrada no mercado de trabalho no país.

Na ocasião, perguntamos sobre a maneira em que faziam referência aos paraguaios (sempre em terceira pessoa) e se eles se consideravam paraguaios ou brasileiros. Imediatamente, a mãe afirmou: “nos consideramos brasileiros, nenhum deles quis ser paraguaio”. Gustavo brinca e fala que durante a Copa do Mundo de Futebol quase apanharam por estarem no Paraguai, terem nascido no Paraguai e torcerem para o Brasil. Não suficiente, ele nos narrou uma situação em que foi conversar com um policial paraguaio para obter a documentação de paraguaio e foi mal atendido. No final de sua exposição esbravejou: “estes merdas destes paraguaios, vou conseguir o documento de brasileiro, não quero ser mais paraguaio”.

O deslocamento populacional ou a migração na região de fronteira pode ser promovida por elementos objetivos, como a falta de emprego, a pobreza, a dificuldade de acesso ao sistema de saúde público ou ao judiciário, mas a existência de particularidades da região fronteiriça, derivada de sua formação social e histórica, faz com que haja um ambiente de trânsito mais favorável. Neste sentido, a existência de redes sociais transnacionais torna-se fundamental na proteção do sujeito que caminha pela região, redes que protegem aqueles que ficam e que auxiliam aqueles que chegam. Tais redes se apresentam como instrumento de apoio logístico e afetivo, mas também podem se configurar de maneira a garantir alguma ajuda financeira e jurídica.

Indo um pouco além, a narrativa de Gustavo e de Fábio reforça a ideia que estas redes estão fora de qualquer concepção de Estado atualmente constituído. O antigo “espaço missionário” não corresponde a nenhum Estado ou Departamento, ele é trinacional. A preocupação com a identificação é técnica e burocrática, assim a identidade nacional é assumida pelos interlocutores de maneira racional. Para estas pessoas, ser paraguaio ou brasileiro é simplesmente uma questão de momento ou de ocasião. Dentro de um território dividido entre Brasil, Paraguai e Argentina, o recurso que mais resume esta situação vem de Gustavo quando se esgota com as dificuldades vividas e afirma ser de nenhum lugar.

Simone Brizola, outra de nossas interlocutoras, tinha 23 anos na ocasião em que conversamos. Ela também expressou em sua fala a pouca aderência entre a fronteira jurídica e a fronteira social, narrando sobre a presença de paraguaios e brasileiros em sua família e na escola. Também comentou sobre o uso dos idiomas, experimentando a socialização em português devido ao domínio paterno e a escolarização em espanhol. Semelhante as entrevistas anteriores, constatou-se na narrativa a importância das redes sociais transnacionais e a importância técnica da regularização, já que ter documentos é uma garantia de acesso a direitos.

Antes de concluir, gostaríamos de apresentar o caso de Locivaldo Calixtro, de 30 anos de idade. A entrevista foi realizada na casa do interlocutor. Ele é outro exemplo desta migração circular, seus pais eram brasileiros ocupados no campo, que foram para o Paraguai trabalhar na agricultura durante a década de 1980. Diferente do pai, ele e seu irmão, ambos paraguaios, acompanhados da mãe, decidiram se mudar para o Brasil em 2004 em busca de melhores condições de vida. Em sua fala, novamente, constatamos uma formação trilingue, onde o português, o espanhol e o guarani são apreendidos em diferentes níveis e de diferentes formas, sendo utilizados em circunstâncias também distintas. Da mesma forma, a expropriação do campo vivida por famílias envolvidas com a produção agrícola em pequenas propriedades no Brasil, também, se repetiu na vida de seus pais após tentarem, com a migração para o país vizinho, manterem-se no trabalho no campo.

Você é obrigado aprender o espanhol para conseguir conversar com os colegas e com os professores. Eu sei pouco de guarani, mas entendo bem. Na escola tinha mais brasileiro, mas dentro da sala de aula tinha que falar espanhol. Os professores sempre pediam para conversamos em espanhol para facilitar o desenvolvimento da língua. Até os 8 anos morávamos no sítio, meu pai plantava hortelã, tínhamos um alambique para extrair óleo, mentol.... Depois nos mudamos para a cidade, mas meu pai continuava trabalhando no campo.

Embora Locivaldo, que foi apelidado no Brasil de “Paraguaio”, tenha as mesmas reclamações sobre as condições de trabalho que experimentava no Paraguai, como a carga excessiva da jornada ou a falta de qualquer tipo de regulamentação, sua mudança para o Brasil teve como elemento mais importante as redes sociais, no caso, de maneira mais específica, a família. Além disso, o interlocutor colabora com as afirmações feitas pela família Blás e por Simone Brizola ao reforçar a necessidade da busca pela documentação para a regularização no Brasil.

Em sua fala, Locivaldo Calixtro transparece a sensação que, pessoalmente, ser paraguaio ou brasileiro não corresponde a algo decisivo nas suas relações cotidianas. Na família, no trabalho, no futebol, nos bailes, a possibilidade de experimentar as duas culturas e de transitar por elas ecoa como algo “natural”. Ter a documentação de brasileiro não corresponde a um “fetiche” ou a um

autorreconhecimento de sua “verdadeira identidade”, mas uma forma objetiva de ter acesso a direitos sociais garantidos pelo governo brasileiro.

Eu comecei a trabalhar com marcenaria com 12 anos, trabalhei fazendo tijolo, em chapearia e depois em metalurgia. A maioria dos primos é marceneiro e eles me convidaram a começar. Eu trabalhava mais não gostava. A mesma coisa com chapearia, eu sabia tudo, mas eu não gostava. Antes de eu trabalhar com metalurgia todos os meus padrões eram paraguaios, tínhamos que falar em espanhol para facilitar a comunicação. Trabalhávamos umas 10 horas diárias. Com uns intervalos curtos durante a manhã e a tarde para o tererê e hora de almoço. Não tinha contrato, era só na palavra, mas nunca levei cano por isso não. [...]. Eu conseguia conciliar o trabalho com o estudo. Depois que eu vim pra cá parei de estudar. Quando eu tinha um tempo jogava futebol, se tivesse todo dia, jogava todo dia, não ligava em chegar no trabalho com a canela machucada. Os times eram mistos, não era separado paraguaio brasileiro. No fim de semana ia pros bailes com os amigos do trabalho, as músicas eram mistas, brasileiras e paraguaias, predominava as brasileiras. [...] Eu vim para o Brasil acompanhando o resto da família, todo mundo começou a vir pra cá e eu acompanhei... por causa de documentação. A família começou a chegar no Brasil na década de 1990 e aos poucos veio todo mundo... Minha mãe, irmão.

As experiências de trabalho anteriores de Locivaldo, contribuíram para o ingresso no mercado de trabalho brasileiro. Mesmo sem a documentação necessária, conseguiu manter-se durante um longo tempo no mesmo emprego no Brasil, vivenciando a espera pela regulamentação da documentação, já que dependia de assessoria jurídica pública. Após consegui-la, foi sócio de uma metalúrgica e, depois de sair desta sociedade, ingressou como empregado em outra empresa. No momento em que realizamos a entrevista, por exemplo, Locivaldo e a sua esposa estavam afastados do trabalho, algo que não seria possível sem a devida regulamentação. Ele havia sofrido um acidente de moto quando se dirigia ao trabalho, o que exigiu a realização de diversas cirurgias e o afastou do trabalho por mais de dois anos. Ela desenvolveu um problema na coluna durante o trabalho na indústria de confecção, sendo encostada pelo INSS.

A definição da situação legal do migrante perpassa por situações concretas, além de ser fundamental para a própria organização do percurso migratório.

No começo não ter a documentação paraguaia atrapalhou por não conseguir os mesmos direitos, aposentadoria, não ter crediário [...]. Os paraguaios chegam aqui e se não se estabilizam, se ao caso não consegui nada está mais perto para voltar. Vem pra cá, se dá um jeito de arrumar a documentação e depois da documentação, se quiser ficar fica, se não vai mais pra frente. Para ir mais pra frente você precisa do “permiso” e para ficar aqui não precisa por ser cidade de fronteira. [...] Se eu tivesse ido mais pra frente eu acho que não teria facilidade, eu não teria conhecimento de ninguém, as pessoas não me aceitariam em qualquer serviço. [...] Tirar a documentação não foi fácil porque eu não tinha muito dinheiro, eu demorei mais de 6 anos pra conseguir.

Segundo o interlocutor, a obtenção do “*permiso*” ou da documentação necessária para garantir a presença e a possibilidade de trabalhar no Brasil é decisiva no momento em que o paraguaio decide o seu destino no território brasileiro. Acreditamos que este procedimento seja importante, mas não decisivo, já que a grande maioria dos paraguaios que se encontram em outros centros urbanos do país também não estão legalizados. Contudo, pensamos que a proximidade com o país de origem e, conseqüentemente, com as redes sociais que garantem minimamente um pouco de proteção, seja uma situação mais decisiva.

Todos os interlocutores desta pesquisa estão inseridos em fortes redes sociais transnacionais e todos, com exceção de Maria Tereza Cabrera, apresentam baixa escolaridade e notáveis dificuldades financeiras. Neste sentido, o capital cultural, social e econômico podem surgir como variáveis explicativas dos projetos migratórios dos paraguaios que decidem viver na faixa de fronteira brasileira. Entretanto, a importância de tais elementos se acentua quando são somados ao sentimento de pertencimento ao lugar, já que viver nesta região é quase como viver em casa, mas ponderando se há ou não possibilidades reais de melhoria nas condições de vida.

Considerações finais

Em um primeiro momento, as entrevistas realizadas nos permitem visualizar a existência de dois tipos iniciais de migrantes paraguaios na faixa de fronteira brasileira na atualidade: um tipo composto por filhos e filhas de paraguaios e um outro composto por filhos e filhas de brasileiros que se mudaram para o Paraguai durante as décadas de 1970 e 1980. Contudo, esta diferença é apenas inicial, pois constata-se uma forte interação entre as duas nacionalidades, em ambos os casos. Pais brasileiros, com mães paraguaias, pais paraguaios com mães brasileiras, famílias inteiras brasileiras com filhos paraguaios, enfim, as entrevistas denunciam a existência de diferentes arranjos familiares.

O domínio de diferentes idiomas, apreendidos em espaços de sociabilidade ou com agentes distintos, e a presença de redes sociais transnacionais denunciam o intercâmbio e a inserção em diferentes espaços sociais, independentemente da nacionalidade. Concretamente, ser migrante ou ser estrangeiro corresponde a um problema para os interlocutores quando estes se deparam com a necessidade de acessar o Estado, mais especificamente ao sistema de saúde, ao judiciário e a previdência. Em todas as entrevistas realizadas, a palavra migrante, migração ou estrangeiro nunca se fez presente.

Como observa José Lindomar Coelho de Albuquerque (2010, p. 218), “as identidades são geralmente móveis e múltiplas no cenário das fronteiras culturais e simbólicas. Os atores sociais assumem determinadas identificações

conforme o jogo político local”. Deste modo, “os processos migratórios rompem com as fantasias das culturas nacionais homogêneas e das identidades fixas” (Albuquerque, 2010, p. 218). As entrevistas que realizamos confirmam a tese de que “muitos imigrantes e seus descendentes, socializados na confluência de ‘culturas nacionais’ distintas, sentem-se familiarizados e estranhos dos dois lados do limite internacional” (Albuquerque, 2010, p. 218).

Como destaca Stuart Hall (2003), as identidades nacionais não são cristalizadas, eternas ou consolidadas. Elas são fluidas, instáveis, se modificando durante as relações e os processos sociais e históricos. Assim, o entendimento da construção das identidades perpassam pela contextualização espacial e temporal do fenômeno, pois dentro de cada circunstância estão presentes disputas, interesses e modos de viver específicos. Em síntese, aquilo que representa nossa existência, as nossas práticas, é o resultado do conflito entre o que queremos e o mundo em que vivemos.

Em grande medida, as reflexões sobre nacionalidade surgiram como resposta a nossas provocações. O fluxo das narrativas não identifica com clareza as fronteiras e não expressa bloqueios identitários. Inocentemente, poderíamos afirmar e acreditar na existência de uma harmonia entre esta população que circula na faixa de fronteira e o território, harmonia garantida pela facilidade de deslocamento espacial e temporal. Contudo, a necessidade de projetar políticas públicas e de garantir o equilíbrio financeiro no oferecimento de direitos, assim como a coexistência de diferentes processos de exploração econômica, inserem esta população dentro de categorias estanques e sem significado.

Neste contexto, consideramos adequado recorrer a observação de Mariana Winikor Wagner (2016) para pensarmos a relação entre o Estado e as fronteiras. Nas palavras da autora:

La frontera entonces, no podemos definirla como un límite político-administrativo, como una línea, sino como una región de movilidad continua, que permite que emerja una *cultura de frontera* tendiente a invisibilizar la división político territorial y a exhibir el desajuste entre los límites del Estado y de la nación. El portuñol utilizado por la comunidad que habita a un lado y al otro del río, que impregnan la modalidad de trabajar la tierra y de denominar las técnicas de trabajo; la música que suena en las radios con su impronta brasileña; las comidas típicas que no nos permiten identificar de qué lado del río nos encontramos; la existencia de familias desparramadas en ambos márgenes —entre otras cosas—, evidencia una cultura compartida que excede los límites estatales.

Definir quem é o migrante ou quem é o estrangeiro, controlando suas ações e regulamentando sua situação no país é importante para o Estado Nacional na construção de políticas e é importante para o mercado no processo de exploração e extração de mais-valia, principalmente ao ampliar o exército de trabalhadores de reserva. Os paraguaios e as paraguaias entrevistadas não querem

ser migrantes, eles desejam as mesmas coisas que os trabalhadores nacionais e buscam o acesso a direitos acreditando na universalidade dos serviços. Enfim, nos parece que eles e elas são migrantes por nós os considerarmos assim.

Ser paraguaio na faixa de fronteira é diferente de ser árabe ou chinês. Não há rompimento dos processos históricos e sociais, não há distanciamento em relação as redes sociais, que se tornam transnacionais devido aos limites impostos pelos Estados Nacionais. A mobilidade e a sociabilidade apresentada nas narrativas nos traz o incomodo de questionar, de fato, quem é o migrante presente no momento das entrevistas. O suposto “projeto migratório” destas pessoas que circulam no antigo “espaço missioneiro” não exige muitos investimentos ou desprendimentos, a segurança, independente do ponto de vista ou da margem em que você está, sempre se encontra do outro lado do rio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho de. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira do Brasil com o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

AMARAL, Arthur Bernardes do. *A Tríplice Fronteira e a Guerra ao Terror*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

ARRUDA, Aline Maria Thomé. Direitos humanos e exercício da religião. Muçulmanos na tríplice fronteira: Brasil – Argentina – Paraguai. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, ano XVI, n. 31, 2008.

CARDIN, Eric Gustavo. Notas para o estudo dos processos migratórios no Brasil. COLOGNESE, Silvio Antônio. *Fronteiras do saber sociológico*. Porto Alegre: Evangraf, 2012. Pp. 47-64.

DORFMAN, Adriana. A cultura do contrabando e a fronteira com um lugar de memória. *Estudios Historicos*, n.º 01, 2009.

FARINA, Bernardo Cunha. *Trabalhadores fronteiriços na tríplice fronteira: confronto entre a igualdade jurídica e a realidade*. Foz do Iguaçu, PR. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras). UNIOESTE, 2015.

FIOROTTI, Cíntia. *História de trabalhadores e do trabalho na fronteira do Brasil com o Paraguai (1960-2015)*. Uberlândia, MG. Tese (Doutorado em História Social). UFU, 2015.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humanas na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. *Estudos Avançados*, 20 (57), 2006. Pp. 183-196.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado em Antropologia Social). UFRGS, 2009.

RABOSSI, Fernando. 2007. Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma reinterpretação. In: G. SEYFERTH. *Mundos em movimento: ensaios sobre migração*. Santa Maria: UFSM, 2007.

ROJAS, Diego Noel Ramos. La movilidad transfronteriza México-Guatemala desde la representación cotidiana de los trabajadores centroamericanos. *Estudios Fronterizos*, 17 (34), 2016. Pp. 21-40.

SCHALLENBERGER, Erneldo. *O Guairá e o espaço missioneiro*. Cascavel: Coluna do Saber, 2006.

SILVA, Evaldo Mendes da. *Folhas ao vento: a micromobilidade de grupos Mbya e Nhandéva (Guarani) na Tríplice Fronteiras*. Rio de Janeiro, RJ. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Museu Nacional, 2007.

SILVA, Regina Coeli Machado. Reordenação de identidades de imigrantes árabes em Foz do Iguaçu. *Trab. Ling. Aplic.*, v. 42, n. 2, 2008

VALCUENDE, José María. Fronteras y Límites: el caso de la triple frontera Brasil, Perú y Bolivia. *Ponto-e-vírgula*, 3, 2008. Pp. 36-57.

WACHWICZ, Ruy Christovam. *Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1987.

WAGNER, Mariana Winikor. Vivir la frontera. Prácticas sociales y culturales desde los márgenes. *Estudios Fronterizos*, 17 (34), 2016. Pp. 100-116.

Recebido em setembro de 2016.
Aprovado em novembro de 2016.